



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2018.0000941803

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1001806-54.2017.8.26.0294, da Comarca de Jacupiranga, em que é apelante HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA, é apelada MARIA DAS GRAÇAS SILVA.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores HUGO CREPALDI (Presidente sem voto), CARMEN LUCIA DA SILVA E MARCONDES D'ANGELO.

São Paulo, 30 de novembro de 2018.

Claudio Hamilton
Relator
Assinatura Eletrônica

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1001806-54.2017.8.26.0294

Comarca: Jacupiranga

Apelante: Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda

Apelado: Maria das Graças Silva

Juíza: Gabriela de Oliveira Thomaze

VOTO 19073

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – Direito do Consumidor. Apelação. Ação de indenização por danos morais. Air bag não acionado no momento da colisão. Relação de consumo. Demanda proposta com base em boletim de ocorrência, fotos do veículo sinistrado e das lesões sofridas. Responsabilidade objetiva do fabricante que apesar de ter o direito de produzir provas de que o defeito não existiu (Artigo 12, § 3º, II e III, do CDC), permaneceu inerte. Danos morais caracterizados, em razão da expectativa frustrada do consumidor, que adquiriu um veículo e pagou por um equipamento de segurança para colisões e no momento em que este deveria lhe proteger, não funcionou como o esperado, causando significativo abalo de ordem psíquica pelo risco de morte. Precedentes do STJ. Quantum indenizatório fixado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) que atende o caráter pedagógico da sanção a fim de desencorajar a repetição de semelhantes condutas pela Apelante por demais fabricantes, bem como não representa enriquecimento sem causa e atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade – Sentença mantida – Recurso desprovido, com observação.

Trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada por MARIA DAS GRAÇAS SILVA contra HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMÓVEIS LTDA julgada procedente, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar a requerida a pagar indenização no valor de R\$ 15.000,00, com juros de mora de 1% ao mês, a partir da data do evento lesivo (29/5/2017) e correção monetária nos termos da Tabela Prática do TJSP a partir da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ).

Apela a ré pretendendo a reforma do julgado, invocando a

inexistência de defeito de fábrica no veículo conduzido pela apelada, bem como o *air bag* estava em perfeitas condições. Sustenta que não houve falha do produto ou mau funcionamento do sistema de segurança do veículo. Alega a ré que a colisão não foi frontal e sim houve capotamento, neste caso o *air bag* não será acionado, pois somente o é, quando decorrente de uma grave colisão frontal em alta velocidade que atinja diretamente as longarinas do veículo. Insiste a ré que os *air bags* frontais não são projetados para acionar nos casos de capotamento, colisão lateral, colisão traseira, esmagamento do teto, pois seria ineficaz e não acarretaria em qualquer proteção ao condutor e demais passageiros. Pelo contrário, a deflagração dos *ais bags* diante desta situação ocasionaria mais um impacto ao condutor e/ou passageiro, podendo agravar a colisão. Invoca, ainda, a impossibilidade de condenação em indenização por danos morais. Postula, caso mantida a indenização por danos morais, que seja reduzido o valor arbitrado. Por fim, reclama a incidência de juros a partir da sentença, ou, alternativamente, da citação.

Houve contrarrazões.

É o relatório.

Narra a autora ser proprietária de um veículo HB20 1.0, Confort, ano 2014, equipado com *air bag* frontal. Relata a requerente que no dia 29 de maio de 2017, na Rodovia SPA 552/230, após perder os sentidos, perdeu o controle do veículo, capotou e colidiu com um barranco. Sustenta ainda que o veículo sofreu danos nas portas

dianteiras e traseiras direita, para-choque dianteiro, para-brisa, para-lama esquerdo e direito dianteiro, capo, para-lama traseiro direito e esquerdo, porta esquerda e direita e retrovisores, mas que apesar do alto impacto, o air bag não foi acionado, motivo pelo qual sofreu lesão corporal. Por fim, alega que as lesões teriam sido evitadas caso o *air bag* funcionasse de forma como descrita no manual do proprietário. Requereu a procedência da ação e condenação da ré em danos morais no valor de R\$ 40.000,00.

Citada, a ré apresentou defesa.

A ação foi julgada procedente.

A sentença está correta.

Trata-se de ocorrência de vício do produto *air bag*, item de segurança do veículo da marca Hyundai.

As fotografias de fls. 28/42 demonstram a violenta colisão frontal e lateral e o não acionamento *do air bag*, bem como as fotos de fls. 43/45 demonstram as lesões sofridas nos seios da autora.

A ré, por sua vez, não se desincumbiu do ônus probatório, visto que regularmente intimada se manteve inerte quanto as provas que pretendia produzir para demonstrar a alegada ausência de defeito no produto.

Ora, Superior Tribunal de Justiça manifestou-se deixando assentado que cabe a montadora provar que não houve acionamento do *air bag*, bem como se caracteriza dano moral pelo seu não acionamento, que frustra as expectativas do consumidor.

DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. FATO DO PRODUTO. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. NÃO ACIONAMENTO DO AIR BAG. REGRAS DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. FATO DO PRODUTO. INVERSÃO OPE LEGIS. PROVA PERICIAL EVASIVA. INTERPRETAÇÃO EM FAVOR DO CONSUMIDOR. 1. A Resolução n. 311, de 3 de abril de 2009, do Conselho Nacional de Trânsito - Contran, dispõe que o air bag é "equipamento suplementar de retenção que objetiva amenizar o contato de uma ou mais partes do corpo do ocupante com o interior do veículo, composto por um conjunto de sensores colocados em lugares estratégicos da estrutura do veículo, central de controle eletrônica, dispositivo gerador de gás propulsor para inflar a bolsa de tecido resistente" (art. 2º). 2. A responsabilidade objetiva do fornecedor surge da violação de seu dever de não inserção de produto defeituoso no mercado de consumo, haja vista que, existindo alguma falha quanto à segurança ou à adequação do produto em relação aos fins a que se destina, haverá responsabilização pelos danos que o produto vier a causar. 3. Na hipótese, o Tribunal a quo, com relação ao ônus da prova, inferiu que caberia à autora provar que o defeito do produto existiu, isto é, que seria dever da consumidora demonstrar a falha no referido sistema de segurança. 4. Ocorre que diferentemente do comando contido no art. 6º, inciso VIII do CDC, que prevê a inversão do ônus da prova "a critério do juiz", quando for verossímil a alegação ou hipossuficiente a parte, o § 3º do art. 12 do mesmo Código

estabelece - de forma objetiva e independentemente da manifestação do magistrado - a distribuição da carga probatória em desfavor do fornecedor, que "só não será responsabilizado se provar: I - que não colocou o produto no mercado; II - que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste; III- a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro". É a diferenciação já clássica na doutrina e na jurisprudência entre a inversão ope judicis (art. 6º, inciso VIII, do CDC) e inversão ope legis (arts.12, § 3º, e art. 14, § 3º, do CDC). Precedentes. 5. No presente caso, o "veículo Fiat Tempra atingiu a parte frontal esquerda (frontal oblíqua), que se deslocou para trás (da esquerda para direita, para o banco do carona)", ficando muito avariado; ou seja, ao que parece, foram preenchidos os dois estágios do choque exigidos para a detecção do air bag, mas que, por um defeito no produto, não acionou o sistema, causando danos à consumidora. Em sendo assim, a conclusão evasiva do expert deve ser interpretada em favor do consumidor vulnerável e hipossuficiente. 6. Destarte, enfrentando a celeuma pelo ângulo das regras sobre a distribuição da carga probatória, levando-se em conta o fato de a causa de pedir apontar para hipótese de responsabilidade objetiva do fornecedor pelo fato do produto, não havendo este se desincumbido do ônus que lhe cabia, inversão ope legis, é de se concluir pela procedência do pedido autoral com o reconhecimento do defeito no produto. 7. Recurso especial provido. (REsp 1306167/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/12/2013,

DJe 05/03/2014).

O consumidor que busca um carro com o sistema de segurança que contenha air bag, e que paga mais caro por esse aparato, espera, minimamente, que após colisão frontal do porte do caso em tela, o sistema seja acionado garantindo a segurança do condutor e dos passageiros.

A indenização pretendida pela Apelada atende a dois grandes objetivos, quais sejam, indenizar a quem experimentou significativos dissabores que a colocaram em risco, bem como, pedagogicamente desestimular a Apelante a agir de forma irregular e negligente.

Nesse sentido:

“RECURSOS ESPECIAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. FALHA DE ACIONAMENTO DO 'AIR BAG'. DANO MORAL. 1. Polêmica em torno da ocorrência de danos morais decorrentes da falha de acionamento dos quatro "air bags" do veículo Citroen Xsara em colisão frontal de trânsito contra um caminhão no perímetro urbano, tendo sido o demandante levado para o hospital local inconsciente em face das lesões sofridas na cabeça (choque encefálico) e no rosto (trauma na face e edema mandibular), mas sem sequelas mais graves. 2. Caracterização de dano moral indenizável decorrente da falha de acionamento dos quatro 'air bags' do veículo em colisão frontal de trânsito, colocando em risco a vida e a saúde do motorista. Precedentes específicos do STJ. 3. Caráter lógico-normativo do nex

de causalidade, possibilitando a análise no âmbito desta Corte, a partir dos fatos delineados pelas instâncias ordinárias. Precedente específico da Terceira Turma. 4. Distinção entre a hipótese dos autos e os casos de acionamento indevido do dispositivo durante o curso regular do veículo. 5. Prejudicialidade da controvérsia acerca da distribuição recíproca dos honorários advocatícios. 6. RECURSO ESPECIAL DO DEMANDANTE PROVIDO, PREJUDICADO O RECURSO ESPECIAL DA EMPRESA DEMANDADA. (REsp 1384502/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 25/05/2015).

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. NÃO ACIONAMENTO DO SISTEMA DE AIR BAGS DE VEÍCULO ENVOLVIDO EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO, COM COLISÃO FRONTAL E SIGNIFICATIVA DESACELERAÇÃO. ABALO PSICOLÓGICO CONSISTENTE NO RISCO DE VIDA E NAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS NÃO EVITADAS PELO REFERIDO SISTEMA DE SEGURANÇA, DISTANCIANDO-SE DA PUBLICIDADE VEICULADA, DE MODO A FRUSTRAR A LEGÍTIMA EXPECTATIVA DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR POR DEFEITO DO PRODUTO, RELACIONADO COM A SEGURANÇA QUE DELE LEGITIMAMENTE SE ESPERA, SOB O VIÉS EXTRÍNSECO (DEFEITO DE INFORMAÇÃO). RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A pretensão ressarcitória funda-se no não acionamento do sistema de air

bag, a despeito de colisão brusca e frontal do veículo com a traseira de um caminhão, de modo a causar-lhe abalo psíquico, este consistente no risco de vida e nas possíveis consequências não evitadas pelo referido sistema de segurança, distanciando-se da publicidade veiculada, de modo a frustrar a legítima expectativa do consumidor, bem como danos estéticos sofridos pelo condutor no acidente. 1.1. Portanto, integra a causa de pedir a responsabilidade do fornecedor por defeito do produto, relacionado com a segurança que dele legitimamente se espera, não apenas sob o aspecto intrínseco (defeito de produção), mas também, de modo expresso, sob o viés extrínseco (defeito de informação). 2. Especificamente sobre o defeito de informação, ressaí dos autos, conforme bem reconhecido na sentença, que, segundo as informações disponibilizadas aos consumidores, veiculadas em informe publicitário, devidamente acostado aos autos, o acionamento do sistema de air bag dar-se-ia sempre que houvesse risco de impacto do motorista ao volante, o que se verificaria, necessariamente, diante de forte e brusca desaceleração propiciada por colisão frontal. 2.1. Assim veiculada a informação aos consumidores sobre o funcionamento do sistema de air bags, e, considerada a dinâmica do grave acidente em que o veículo dos demandantes restou envolvido (forte desaceleração, decorrente de colisão frontal, nos termos da sentença e do acórdão recorrido, ressalta-se), o não acionamento do referido mecanismo de segurança (em franco descompasso, repisa-se, com a publicidade ofertada) tem o

condão de frustrar, por si, a legítima expectativa de segurança gerada no íntimo do consumidor, com significativo abalo de ordem psíquica. Nesse contexto, é de se reconhecer a presença dos requisitos necessários à responsabilização objetiva do fornecedor, indubitavelmente. 3. Recurso especial provido, para restabelecer a sentença de procedência. (REsp 768.503/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 19/12/2014).

Portanto, restam reconhecidos os danos morais no presente caso em razão da expectativa frustrada do consumidor, que adquiriu um veículo e pagou por um equipamento de segurança para colisões e no momento em que este deveria lhe proteger, não funcionou como o esperado, causando significativo abalo de ordem psíquica pelo risco de morte.

No que se refere ao *quantum* indenizatório, o valor fixado na sentença de R\$ 15.000,00 bem atende ao já mencionado caráter pedagógico da sanção a fim de desencorajar a repetição de semelhantes condutas pela Apelante e por demais fabricantes, bem como não representa enriquecimento sem causa e atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

Consequentemente, fica mantida a sentença por seus próprios e jurídicos fundamentos, ressaltando, apenas que os juros de mora incidam a partir da citação, por não se tratar de ilícito penal.

Por fim, atento da regra contida no §11º do art. 85 do CPC, é caso de se majorar os honorários pelo trabalho desenvolvido em sede recursal para 15% do valor da condenação.

Em face do exposto, nega-se provimento ao recurso, com observação.

CLÁUDIO HAMILTON
Relator